



CONSULPAM

INSTITUTO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL –
RIO GRANDE DO SUL**

**REPUBLICAÇÃO - DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA
GABARITO PRELIMINAR**

O Instituto Consulpam torna pública a republicação do julgamento e do resultado dos recursos contra o gabarito preliminar referente ao Concurso Público da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul – RS, Edital nº 001/2019 conforme segue em anexo.

Fortaleza – CE, 19 de março de 2020.

**INSTITUTO CONSULPAM
COORDENAÇÃO GERAL DE CONCURSOS**



CONSULPAM

INSTITUTO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL –
RIO GRANDE DO SUL**

DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR

I DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao cargo de **215-GUARDA MUNICIPAL** que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital do **CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL – RS.**

II DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisadas:

Questão 02

Procedem as alegações do recorrente.

Responde à questão a alternativa E.

DEFERIDO

Questão 05

Improcedem as alegações do recorrente.

A Comissão analisou as argumentações do candidato e não encontrou embasamento com o condão de alterar o gabarito da questão em epígrafe ou invalidá-la no todo ou em parte, razão pela qual RATIFICA O gabarito oficial divulgado e INDEFERE o presente recurso.

Segundo o dicionário Houaiss, a palavra momento é um substantivo. Analisando a palavra no contexto da frase, jamais poderíamos classificá-la de outra forma.

Para ser advérbio, a palavra MOMENTO teria que modificar um verbo, e como é sabido, na frase não há verbos.

INDEFERIDO

Questão 07

Improcedem as alegações do recorrente.

Sem fundamentação e sem lógica o recurso apresentado. A primeira transcrição é do primeiro quadrinho, que, obviamente, é o primeiro da fila.

INDEFERIDO

Questão 08

Improcedem as alegações do recorrente.

Sujeito desinencial é o **sujeito** oculto, pois o mesmo é identificado pela terminação do verbo. Não é o mesmo que **sujeito** indeterminado, pois neste caso, o **sujeito** não pode ser determinado, uma vez que o verbo fica na 3ª pessoa do plural ou usando a partícula "se".

INDEFERIDO

Questão 09

Improcedem as alegações do recorrente.

O termo em questão foi grafado corretamente (separado) na transcrição da tirinha e, por problema na digitação, ficou junto no comando da pergunta. Entretanto, a análise cobrada não é semântica nem ortográfica, e sim, sintática. Por essa razão, independentemente da palavra escrita ou de seu significado, sua função sintática não muda na situação em análise.

INDEFERIDO

Questão 12

Improcedem as alegações do recorrente.

Conforme volume: Windows 7 do autor Dummes apenas o item a está correto.

INDEFERIDO

Questão 13

Improcedem as alegações do recorrente.

O formato .ppsx é extensão de PowerPoint.

A questão está correta. Ratifica-se o gabarito

INDEFERIDO

Questão 14

Procedem as alegações do recorrente.

O conteúdo cobrado na questão não está em conformidade com o edital do certame.

QUESTÃO NULA

DEFERIDO

Questão 18

Improcedem as alegações do recorrente.

Art. 12. No primeiro ano de cada legislatura, no dia primeiro de janeiro, em sessão solene de instalação, independente do número, sob a presidência do Vereador mais votado entre os presentes, os Vereadores prestarão compromisso e tomarão posse.

§ 1º O Vereador que não tomar posse, na sessão prevista neste artigo, deverá fazê-lo no prazo de trinta dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara.

§ 2º No ato da posse, os Vereadores deverão desincompatibilizar-se, e na mesma ocasião, e ao término do mandato, deverão fazer declaração de seus bens, a qual será transcrita em livro próprio, constando de ata o seu resumo.

Art. 14. Os Vereadores NÃO disporão, sob qualquer título, de verbas especiais para destinação ou auxílio a terceiros.

Art. 20. No caso de vaga ou de licença de Vereador, o Presidente convocará imediatamente o suplente.

Parágrafo único - O suplente deverá tomar posse dentro de quinze dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara.

Art. 21. Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

INDEFERIDO

Questão 19

Improcedem as alegações do recorrente.

A questão está em conformidade com a Lei Orgânica de Santa Cruz do Sul.

INDEFERIDO

Questão 22

Improcedem as alegações do recorrente.

A questão está em conformidade com a Lei Orgânica de Santa Cruz do Sul.

INDEFERIDO

Questão 28

Improcedem as alegações do recorrente.

A questão trouxe as alternativa D e E iguais. Fato este que aumenta a chance de acerto do candidato que antes era de 20% e, com a eliminação de uma alternativa, passa para 25%. Para o candidato que estudou e se preparou para a prova, não se admite afirmar que tal fato o deixou com dúvida, afinal, a resposta correta está na alternativa B. Com isso, como afirmar que ficou com dúvidas entre D e E se ambas são incorretas e iguais?

INDEFERIDO

Questão 29

Improcedem as alegações do recorrente.

Art. 111. Suspendem o período aquisitivo de férias as seguintes ocorrências: I - licença para o serviço militar obrigatório e para concorrer a cargo eletivo; II - penalidade de suspensão aplicada em decorrência de apuração disciplinar, salvo se convertida em multa; e III - disponibilidade remunerada.

|A alternativa D, está errada, conforme constata-se na LC n° 738/2019.

INDEFERIDO

Questão 30

Improcedem as alegações do recorrente.

Art. 120. Ao servidor ocupante de cargo efetivo que for convocado para o serviço militar ou outros encargos de segurança nacional, será concedida licença SEM remuneração.

INDEFERIDO

Questão 31

Improcedem as alegações do recorrente.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; [\(Vide Lei nº 13.874, de 2019\)](#)
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;

INDEFERIDO

Questão 32

Improcedem as alegações do recorrente.

A palavra SERÁ escrita no lugar da palavra SER não induz o candidato ao erro.

INDEFERIDO

Questão 33

Improcedem as alegações do recorrente.

A assertiva III está correta e em consonância com a CF:

Art. 10. É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

INDEFERIDO

Questão 35

Improcedem as alegações do recorrente.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

(...)

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 5º A. Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 104, de 2019\)](#)

INDEFERIDO

Questão 36

Improcedem as alegações do recorrente.

Art. 30. Compete aos Municípios:

III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

§ 2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 3º As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

§ 4º **É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.**

INDEFERIDO

Questão 40

Improcedem as alegações do recorrente.

Todas as legislações cobradas em edital são atualizadas, independentemente de sua homologação.

INDEFERIDO

Questão 44

Improcedem as alegações do recorrente.

Conforme CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940:

Art. 150 - Entrar ou permanecer, clandestina ou astuciosamente, ou contra a vontade expressa ou tácita de quem de direito, em casa alheia ou em suas dependências:

(...)

§ 3º - Não constitui crime a entrada ou permanência em casa alheia ou em suas dependências:

I - durante o dia, com observância das formalidades legais, para efetuar prisão ou outra diligência;

II - a qualquer hora do dia ou da noite, quando algum crime está sendo ali praticado ou na iminência de o ser.

INDEFERIDO

Questão 49

Improcedem as alegações do recorrente.

Art. 8º Municípios limítrofes podem, mediante consórcio público, utilizar, reciprocamente, os serviços da guarda municipal de maneira compartilhada.

A alternativa D não menciona a alternativa II.

INDEFERIDO

Questão 50

Improcedem as alegações do recorrente.

Conforme a [lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006](#):

Art. 16. As instituições com atuação nas áreas da atenção à saúde e da assistência social que atendam usuários ou dependentes de drogas devem comunicar ao órgão competente do respectivo sistema municipal de saúde os casos atendidos e os óbitos ocorridos, preservando a identidade das pessoas, conforme orientações emanadas da União.

Art. 17. Os dados estatísticos nacionais de repressão ao tráfico ilícito de drogas integrarão sistema de informações do PODER EXECUTIVO.

Art. 19-A. Fica instituída a Semana Nacional de Políticas sobre Drogas, comemorada anualmente, na quarta semana de JUNHO.

§ 7º Todas as internações e altas de que trata esta Lei deverão ser informadas, em, no máximo, de 72 (SETENTA E DUAS) horas, ao Ministério Público, à Defensoria Pública



e a outros órgãos de fiscalização, por meio de sistema informatizado único, na forma do regulamento desta Lei. [\(Incluído pela Lei nº 13.840, de 2019\)](#)

Diante do exposto, a questão encontra-se correta e sem vícios.

INDEFERIDO

III DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso a análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo XII do Edital que rege este concurso. Fica reiterado que “*A Banca Examinadora se constitui na última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais*”.

Publique-se,

Fortaleza – CE, 19 de março de 2020.

CONSULPAM